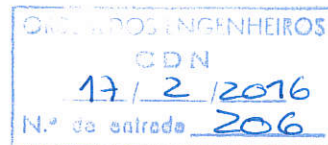


CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 113

presidencia@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Exmº Senhor
Bastónario da Ordem dos Engenheiros
Engº. Carlos Alberto Matias Ramos
Av. António Augusto de Aguiar n.º3D,
1069-030 – Lisboa

REF	N.PP	DE/FROM	PARA/TO	DATA/DATE
CDN_31/2016		Gabinete da Presidência		5.2.2016

Exmº Senhor Bastónario,

O Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos tem conhecimento da existência de dúvidas sobre a aplicação da Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho, diploma que rege as qualificações profissionais exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, e pela direcção e fiscalização de obras, que não estejam sujeitas a legislação especial.

A Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho, procede à primeira alteração da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, diploma fundamental para a definição do direito de acesso à arquitectura por todos os cidadãos e para o enquadramento legislativo do exercício da profissão de arquitecto.

Ao longo de quase ano e meio, a Ordem dos Arquitectos (OA) acompanhou esta iniciativa do governo, com o imprescindível contributo da sua assessoria jurídica, e em articulação com todos os seus órgãos sociais.

Tratou-se de um processo de trabalho longo, intenso e de insistente esclarecimento dos diferentes órgãos de decisão, ministérios, secretarias de estado, comissões parlamentares e grupos parlamentares, através de inúmeras reuniões e audiências e da emissão de múltiplos pareceres, notas informativas e comunicados.

Ao longo do caminho da construção deste diploma, a OA, apresentou, de uma forma clara e inequívoca, o seu entendimento de que, em simultâneo com o justo reconhecimento das qualificações de outros profissionais do sector da construção, a presente iniciativa legislativa só poderia renovar o reconhecimento das qualificações dos arquitectos para o exercício dos actos profissionais que sempre desenvolveram e, em particular, desde 2009.

Apesar da presente Lei manter, no essencial, o espírito da Lei n.º 31/2009, convém no entanto salientar que as alterações são inúmeras, e de diversa natureza, e ainda que a mesma reveste-se de particular complexidade de leitura e interpretação.

A presente lei reserva, sem excepções e de modo inequívoco, os actos de elaboração e de apreciação de projectos de arquitectura aos arquitectos inscritos na OA, considerando ainda, de um modo partilhado com outros profissionais, o desenvolvimento da atividade no âmbito da direcção de obra e da fiscalização de obra, tal como aliás é disposto na Lei n.º 113/2015, que

procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitectos.

Efectivamente esta Lei define que são atos próprios reservados aos arquitectos, a elaboração ou apreciação de estudos, projectos e planos de arquitectura bem como os demais previstos em legislação especial, podendo ainda os arquitectos intervir em estudos, projectos, planos e actividades de consultoria, gestão, fiscalização e direcção de obras, planificação, coordenação e avaliação, reportadas à edificação, urbanismo, concepção e desenho do quadro espacial da população, visando a integração harmoniosa das actividades humanas no território, a valorização do património construído e do ambiente.

Conjugando a recente legislação com os diplomas vigentes, o arquitecto encontra-se habilitado a exercer:

- a função de coordenador de projecto (em obras até à classe 4, e, tendo 5 anos de experiência certificada pela Ordem dos Arquitectos em documento próprio, em obras de classe 5 ou superior).
- as funções de director de obra ou director de fiscalização de obra com excepção das obras com estruturas complexas ou que envolvam obras de contenção periférica e fundações especiais e as referidas no n.º 4 do artigo 8.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, (em obras até à classe 2; em obras até à classe 3, desde que detenha 3 anos de experiência certificada pela Ordem dos Arquitectos em documento próprio; em obras até à classe 6, desde que detenha 5 anos de experiência certificada pela Ordem dos Arquitectos em documento próprio; e em imóveis classificados ou em vias de classificação ou inseridos em zona especial ou automática de protecção, desde que detenha 10 anos de experiência certificada pela Ordem dos Arquitectos em documento próprio)

Compreendendo que, em face das alterações introduzidas pela nova Lei n.º 40/2015, possam existir algumas dúvidas na sua aplicação, a Ordem dos Arquitectos entendeu produzir uma publicação no sentido de clarificar e esclarecer os seus membros e as diversas entidades, envolvidas na aplicação da referida lei, a qual temos o prazer de enviar a V.ª Exc.ª.

Certos de que este assunto merecerá a melhor atenção, colocamo-nos, desde já, à Vossa inteira disposição para qualquer esclarecimento adicional que julguem oportuno.

Com os melhores cumprimentos,



João Santa-Rita
Presidente

COMENTÁRIOS À LEI N.º 40/2015,
DE 1 DE JUNHO, (PRIMEIRA
ALTERAÇÃO DA LEI N.º 31/2009,
DE 3 DE JULHO) SOBRE A
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
DOS TÉCNICOS PARA AUTORIA
E COORDENAÇÃO DE PROJETO,
DIREÇÃO DE OBRA E DE
FISCALIZAÇÃO DE OBRA,
E CONDUÇÃO DE CERTOS
TRABALHOS ESPECIALIZADOS

LEI N.º 40/2015,
DE 1 DE JUNHO

GONÇALO MENÉRES PIMENTEL, ADVOGADO



CADERNOS

PROFISSÃO